

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ATO N. 1.020/2022/PGJ

Concede progressão funcional nos termos da Lei Complementar estadual n. 736, de 15 de janeiro de 2019.

A **SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, de acordo com as atribuições previstas no art. 19, inciso XIV, alínea "f", da Lei Complementar estadual n. 738, de 23 de janeiro de 2019, as quais lhe foram delegadas por meio do art. 4º, inciso III, alínea "b", do Ato n. 361/2021/PGJ, de 23 de junho de 2021,

CONSIDERANDO o artigo 13 da Lei Complementar estadual n. 736, de 15 de janeiro de 2019, regulamentado pelo Ato n. 301/2018/PGJ, que prevê a progressão funcional na modalidade de promoção por aperfeiçoamento;

CONSIDERANDO as deliberações da Comissão para Assuntos Funcionais dos Servidores do Ministério Público, conforme estabelece o Ato n. 265/2013/PGJ, alterado pelo Ato n. 19/2018/PGJ,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, por aperfeiçoamento, os servidores do Quadro de Pessoal do Ministério Público, abaixo indicados, para os níveis e as referências a seguir discriminados:

MATRÍC.	NOME	NÍVEL/REF.	DATA
609.729-4	Alessandra de Fátima Kossute Auxiliar do Ministério Público	De: ANM-6F Para: ANM-6H	8/11/2022 (graduação)
631.155-5	Alex Ribeiro Correia Lima Auxiliar do Ministério Público	De: ANM-6F Para: ANM-6H	27/10/2022 (graduação)
631.156-3	Alexandre Gregório Auxiliar do Ministério Público	De: ANM-6F Para: ANM-6H	27/10/2022 (graduação)
631.174-1	Aline Santos Souza Auxiliar do Ministério Público	De: ANM-6F Para: ANM-6H	27/10/2022 (graduação)
684.791-9	Altamir Espíndola Andreatta Motorista Oficial II	De: ANM-8H Para: ANM-8J	18/11/2022 (pós-graduação)
631.144-0	Ana Laura Coelho da Silva Heck Analista em Serviço Social	De: ANS-7F Para: ANS-7H	27/10/2022 (graduação)
384.879-5	André Luiz Grams Técnico do Ministério Público	De: ANM-9I Para: ANM-10A	20/11/2022 (pós-graduação)
631.149-0	André Martins Miller Analista em Tecnologia da Informação	De: ANS-7F Para: ANS-7G	8/11/2022
631.167-9	Artur Brandes de Azevedo Ferreira Auxiliar do Ministério Público	De: ANM-6F Para: ANM-6H	27/10/2022 (graduação)
383.058-6	Aury Cesar de Moraes Marçal Hessmann Técnico do Ministério Público	De: ANM-9G Para: ANM-9I	11/11/2022 (pós-graduação)
656.977-3	Bianca Nosol Técnica do Ministério Público	De: ANM-9C Para: ANM-9D	24/10/2022
631.168-7	Bruce de Paula Cabrera Auxiliar do Ministério Público	De: ANM-6F Para: ANM-6H	26/10/2022 (graduação)
631.171-7	Carlos Alberto Kalinowski Hoffmann Analista em Administração	De: ANS-7F Para: ANS-7H	26/10/2022 (pós-graduação)
631.169-5	Carolina Miguel da Silveira Auxiliar do Ministério Público	De: ANM-6F Para: ANM-6H	26/10/2022 (graduação)
655.001-0	César Barreto Spillere da Silva Analista do Ministério Público	De: ANS-11C Para: ANS-11D	16/11/2022
371.441-1	Damares de Fátima Ressel Cármano Analista em Serviço Social	De: ANS-10B Para: ANS-10D	14/11/2022 (pós-graduação)
358.116-0	Deise da Silva De Bona Oficiala do Ministério Público	De: ANM-9G Para: ANM-9H	21/10/2022
358.116-0	Deise da Silva De Bona Oficial do Ministério Público	De: ANM-9H Para: ANM-9I	4/11/2022
631.180-6	Eduardo Luiz Ampessan Faistel Auxiliar do Ministério Público	De: ANM-6F Para: ANM-6H	10/11/2022 (graduação)
358.086-5	Eduardo Sarmento Técnico Contábil	De: ANM-9F Para: ANM-9G	8/11/2022
631.182-2	Eliton Elias Bonavigo Auxiliar do Ministério Público	De: ANM-6F Para: ANM-6H	27/10/2022 (graduação)
384.780-2	Fabício Kremer de Souza Analista do Ministério Público	De: ANS-11D Para: ANS-11F	04/12/2022 (pós-graduação)
631.150-4	Gabriel Borges Analista em Contabilidade	De: ANS-7F Para: ANS-7H	1/11/2022 (pós-graduação)
631.151-2	Gabriela da Silva Lemos Analista em Contabilidade	De: ANS-7F Para: ANS-7G	16/11/2022
358.014-8	Gerson da Silva Júnior Técnico do Ministério Público	De: ANM-9C Para: ANM-9D	14/11/2022
684.888-5	Gianor Caon Técnico em Informática	De: ANM-7E Para: ANM-7F	14/11/2022
684.730-7	Gleika Maiara Kuhn Mocellin Auxiliar do Ministério Público	De: ANM-6F Para: ANM-6H	27/10/2022 (graduação)

631.188-1	Isabella Juwer Nascimento Auxiliar do Ministério Público	De: ANM-6F Para: ANM-6H	27/10/2022 (graduação)
631.146-6	Isis Santolin Morello Auxiliar do Ministério Público	De: ANM-6F Para: ANM-6G	22/11/2022
631.153-9	Jader Henrique de Santiago Analista em Engenharia Civil	De: ANS-7F Para: ANS-7G	7/11/2022
631.190-3	Jaqueline Novosad Auxiliar do Ministério Público	De: ANM-6F Para: ANM-6H	26/10/2022 (graduação)
623.462-3	Jenifer Estrela Soares Auxiliar do Ministério Público	De: ANM-6F Para: ANM-6H	26/10/2022 (graduação)
631.227-6	Jilson Rodrigues Vieira Auxiliar do Ministério Público	De: ANM-6F Para: ANM-6H	26/10/2022 (graduação)
631.227-6	Jilson Rodrigues Vieira Auxiliar do Ministério Público	De: ANM-6H Para: ANM-6I	22/11/2022
684.851-6	João Fernandes Martins Técnico do Ministério Público	De: ANM-7C Para: ANM-7D	21/11/2022
631.192-0	Jordão Alexandre Craveiro Curado Auxiliar do Ministério Público	De: ANM-6F Para: ANM-6H	27/10/2022 (graduação)
631.192-0	Jordão Alexandre Craveiro Curado Auxiliar do Ministério Público	De: ANM-6H Para: ANM-6I	10/11/2022
987.609-0	José Adelmo Becker Nandi Técnico em Informática	De: ANM-7C Para: ANM-7D	25/10/2022
631.194-6	Jose Guilherme de Souza Brito Auxiliar do Ministério Público	De: ANM-6F Para: ANM-6G	21/11/2022
658.819-0	Juliana Martins Barreto Abreu Técnica do Ministério Público	De: ANM-8C Para: ANM-8D	20/10/2022
002.448-1	Julio Cesar Pedroza Santiviago Analista em Tecnologia da Informação	De: ANS-8B Para: ANS-8C	21/11/2022
631.195-4	Karen Laise Moroski Auxiliar do Ministério Público	De: ANM-6F Para: ANM-6H	26/10/2022 (graduação)
346.319-2	Leandro Zanella Marcon Técnico em Informática	De: ANM-10D Para: ANM-10E	25/10/2022
303.939-0	Liege Della Gustina Rabelo Técnica do Ministério Público	De: ANM-9I Para: ANM-9J	17/11/2022
658.796-8	Liliana Oneda Programadora de Computador	De: ANM-9C Para: ANM-9D	25/10/2022
631.197-0	Luciana Teixeira Silva Auxiliar do Ministério Público	De: ANM-6F Para: ANM-6H	4/11/2022 (graduação)
631.158-0	Ludmila Rodrigues Lôbo Ferreira Analista em Contabilidade	De: ANS-7F Para: ANS-7H	27/10/2022 (graduação)
631.210-1	Maiara Balestrin Auxiliar do Ministério Público	De: ANM-6F Para: ANM-6H	26/10/2022 (graduação)
619.299-8	Maicon Deison Giraldi Auxiliar do Ministério Público	De: ANM-6F Para: ANM-6H	26/10/2022 (graduação)
658.853-0	Márcia Terezinha Esmeraldino Sartor Técnica do Ministério Público	De: ANM-10D Para: ANM-10E	23/11/2022
963.330-8	Muniqué Müller de Andrade Técnica do Ministério Público	De: ANM-8I Para: ANM-8J	21/11/2022
615.654-1	Newerton Passing Auxiliar do Ministério Público	De: ANM-6F Para: ANM-6H	4/11/2022 (graduação)
615.654-1	Newerton Passing Auxiliar do Ministério Público	De: ANM-6H Para: ANM-6I	17/11/2022
631.201-2	Priscilla Batista da Silva Auxiliar do Ministério Público	De: ANM-6F Para: ANM-6H	26/10/2022 (pós-graduação)
658.779-8	Rafael Alberti Minor Técnico do Ministério Público	De: ANM-9C Para: ANM-9D	7/11/2022
631.202-0	Rafael Catelan do Nascimento Auxiliar do Ministério Público	De: ANM-6F Para: ANM-6H	10/11/2022 (graduação)
684.792-7	Raphael Moura Scomasson Motorista Oficial II	De: ANM-8H Para: ANM-8J	21/11/2022 (pós-graduação)
631.204-7	Raul Trajano Sibemberg Auxiliar do Ministério Público	De: ANM-6F Para: ANM-6H	27/10/2022 (graduação)
658.828-0	Regina dos Santos Hackradt Ternes Técnica do Ministério Público	De: ANM-9A Para: ANM-9B	27/10/2022
954.927-7	Renan Jaques Andrade Técnico do Ministério Público	De: ANM-7J Para: ANM-8A	21/9/2022
379.003-7	Renato Lucio Luz Técnico do Ministério Público	De: ANM-10B Para: ANM-10C	16/11/2022
631.162-8	Renato Viana Costa Analista em Contabilidade	De: ANS-7F Para: ANS-7H	26/10/2022 (graduação)
631.206-3	Rhuana Tomaz Scaini Auxiliar do Ministério Público	De: ANM-6F Para: ANM-6H	27/10/2022 (graduação)
631.206-3	Rhuana Tomaz Scaini Auxiliar do Ministério Público	De: ANM-6H Para: ANM-6I	21/11/2022
631.163-6	Ricardo Alexandre Melo da Silva Analista em Contabilidade	De: ANS-7F Para: ANS-7H	27/10/2022 (graduação)
684.875-3	Ricardo Araujo Palhares Analista em Tecnologia da Informação	De: ANS-8D Para: ANS-8E	17/11/2022
658.788-7	Rui Fernando Costa Cardoso Motorista Oficial II	De: ANM-8J Para: ANM-9A	26/10/2022
658.820-4	Sérgio Luiz Kraeski Analista em Contabilidade	De: ANS-10B Para: ANS-10C	21/10/2022
950.389-7	Victor Almeida de Souza Motorista Oficial II	De: ANM-7A Para: ANM-7B	20/10/2022

950.389-7	Victor Almeida de Souza Motorista Oficial II	De: ANM-7B Para: ANM-7D	2/12/2022 (pós-graduação)
631.208-0	Vitor Kirejian Bertaglia Auxiliar do Ministério Público	De: ANM-6F Para: ANM-6H	26/10/2022 (graduação)

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE.

Florianópolis, 30 de novembro de 2022.

[assinado digitalmente]

GLADYS AFONSO

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA N. 0016/2022/SEC/BLU

O **COORDENADOR ADMINISTRATIVO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BLUMENAU**, Comarca-Sede da 2ª Circunscrição do Ministério Público de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 738, de 23 de janeiro de 2019 (Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina), Portaria n. 3.731/2019/PGJ, de 13 de setembro de 2019, e com suporte nas disposições do Ato n. 828/2019/PGJ, de 2 de dezembro de 2019.

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora **GABRIELA LIMA DOS SANTOS**, matrícula n. 684.954-7, ocupante do cargo de Assistente de Promotoria, vinculada à 2ª Promotora de Justiça Substituta de Blumenau, Dra. Marina Saade Laux, para, nos períodos de 1º a 2, 5 a 9 e 12 a 14 de dezembro de 2022, atuar em caráter de substituição na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Blumenau, integrante da 2ª Circunscrição do Ministério Público de Santa Catarina.

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE.

Blumenau, 30 de novembro de 2022

CARLOS EDUARDO CUNHA

PROMOTOR DE JUSTIÇA

COORDENADOR ADMINISTRATIVO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BLUMENAU

PORTARIA N. 0033/2022/SEC/CHA

O **COORDENADOR ADMINISTRATIVO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CHAPECÓ**, Comarca-Sede da 13ª Circunscrição do Ministério Público de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 738, de 23 de janeiro de 2019 (Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina), Portaria n. 3.731/2019/PGJ, de 13 de setembro de 2019, e com suporte nas disposições do Ato n. 828/2019/PGJ, de 2 de dezembro de 2019,

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora **TALINE FERNANDA NEU**, matrícula n. 979.258-9, ocupante do cargo de Assistente de Promotoria de Justiça Volante, para, entre os dias 1º e 31 de dezembro de 2022, atuar em caráter de colaboração na 9ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapecó/SC, integrante da 13ª Circunscrição do Ministério Público de Santa Catarina.

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE.

Chapecó, 16 de novembro de 2022.

JULIO ANDRÉ LOCATELLI

PROMOTOR DE JUSTIÇA

COORDENADOR ADMINISTRATIVO

PORTARIA N. 5.412/2022

A **SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, no uso das atribuições que são conferidas pelo art. 4º, inciso III, alínea "a", item 4, do Ato n. 230/2019/PGJ, c/c o art. 19, inciso XII, alínea "f", da Lei Complementar Estadual n. 738, de 23 de janeiro de 2019,

RESOLVE:

DESIGNAR o Doutor **MARCÍLIO DE NOVAES COSTA**, matrícula n. 232.780-5, ocupante do cargo de Procurador de Justiça, lotado na Procuradoria de Justiça Criminal, para substituir, no período de 28 a 30 do mês de novembro do corrente ano, na Procuradoria de Justiça Criminal, a Procuradora de Justiça, Doutora Vera Lúcia Coro Bedinoto.

REGISTRE-SE E COMUNIQUE-SE.

Florianópolis, 25 de novembro de 2022.

GLADYS AFONSO

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA N. 5.437/2022

O **ASSESSOR DE DIREITOS ESTATUTÁRIOS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12, inciso III, do Ato n. 361/2021/PGJ, c/c o art. 19, incisos XI e XII, alínea "f", da Lei Complementar Estadual n. 738, de 23 de janeiro de 2019, e considerando o disposto no art. 2º do Ato n. 256/2019/PGJ,

RESOLVE:

FAZER CESSAR, no dia 2 do mês de dezembro do corrente ano, os efeitos da Portaria n. 3.944/2022, que designou a Doutora **JULIANA PADRÃO SERRA DE ARAÚJO**, matrícula n. 305.136-6, ocupante do cargo de Promotor de Justiça da 31ª Promotoria de Justiça da Comarca da Capital, para exercer, de 1º de setembro de 2022 a 31 de agosto de 2023, as funções de Coordenadora Administrativa das Promotorias da mesma Comarca - Edifício Campos Salles.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E COMUNIQUE-SE.

Florianópolis, 30 de novembro de 2022.

JÚLIO FUMO FERNANDES

ASSESSOR DE DIREITOS ESTATUTÁRIOS

PORTARIA N. 5.438/2022

O **ASSESSOR DE DIREITOS ESTATUTÁRIOS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12, inciso III, do Ato n. 361/2021/PGJ, c/c o art. 19, incisos XI e XII, alínea "f", da Lei Complementar Estadual n. 738, de 23 de janeiro de 2019, e **CONSIDERANDO** o disposto no art. 2º do Ato n. 256/2019/PGJ,

RESOLVE:

FAZER CESSAR, nos dias mencionados do mês de dezembro do corrente ano, os efeitos da Portaria n. 3.820/2022, que designou os Promotores de Justiça abaixo relacionados para exercerem, de 1º de setembro de 2022 a 31 de agosto de 2023, as funções de Coordenador Administrativo das Promotorias de Justiça das respectivas Comarcas.

Comarca	Cargo	Matrícula	Nome	Período
Maravilha	Coordenador Administrativo	684.720-0	Marcos Schlickmann Alberton	01/12 a 02/12
	Coordenador Administrativo	684.720-0	Marcos Schlickmann Alberton	05/12 a 07/12
Rio do Campo	Coordenador Administrativo	371.637-6	Thiago Ferla	02/12 a 02/12

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E COMUNIQUE-SE.

Florianópolis, 30 de novembro de 2022.

JÚLIO FUMO FERNANDES

ASSESSOR DE DIREITOS ESTATUTÁRIOS

PORTARIA N. 5.439/2022

O **ASSESSOR DE DIREITOS ESTATUTÁRIOS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12, inciso III, do Ato n. 361/2021/PGJ, c/c o art. 19, incisos XI e XII, alínea "f", da Lei Complementar Estadual n. 738, de 23 de janeiro de 2019, e **CONSIDERANDO** o disposto no art. 2º do Ato n. 256/2019/PGJ,

RESOLVE:

DESIGNAR os Promotores de Justiça abaixo relacionados para exercerem, nos dias mencionados do mês de dezembro do corrente ano, as funções de Coordenador Administrativo das Promotorias de Justiça das respectivas Comarcas.

Comarca	Cargo	Matrícula	Nome	Período
Capital-Edifício Campos Salles	Coordenador Administrativo	305.026-2	Rafael de Moraes Lima	02/12 a 02/12
Maravilha	Coordenador Administrativo	684.721-8	Rodrigo Dezengrini	01/12 a 02/12
	Coordenador Administrativo	684.721-8	Rodrigo Dezengrini	05/12 a 07/12
Rio do Campo	Coordenador Administrativo	357.921-2	João Paulo Bianchi Beal	02/12 a 02/12

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E COMUNIQUE-SE.

Florianópolis, 30 de novembro de 2022.

JÚLIO FUMO FERNANDES

ASSESSOR DE DIREITOS ESTATUTÁRIOS

PORTARIA N. 5.446/2022

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso das atribuições que são conferidas pelo art. 11 da Lei Complementar Estadual n. 738, de 23 de janeiro de 2019,

RESOLVE:

CESSAR, a partir do dia 5 de dezembro do corrente ano, os efeitos da Portaria n. 1.395/2019, que designou, a partir de 10 de abril de 2019, o Doutor **ALEXANDRE ESTEFANI**, matrícula n. 340.411-0, ocupante do cargo de Promotor de Justiça, para exercer as funções de Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

REGISTRE-SE E COMUNIQUE-SE.

Florianópolis, 30 de novembro de 2022.

FERNANDO DA SILVA COMIN

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N. 5.447/2022

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso das atribuições que são conferidas pelo art. 11 da Lei Complementar Estadual n. 738, de 23 de janeiro de 2019,

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir do dia 5 de dezembro do corrente ano, o Doutor **JÚLIO FUMO FERNANDES**, matrícula n. 372.069-1, ocupante do cargo de Promotor de Justiça, para exercer as funções de Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E COMUNIQUE-SE.

Florianópolis, 30 de novembro de 2022.

FERNANDO DA SILVA COMIN

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N. 5.450/2022

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso das atribuições que são conferidas pelo art. 19, inciso XII, alínea "b", da Lei Complementar Estadual n. 738, de 23 de janeiro de 2019,

RESOLVE:

CESSAR, a partir de 5 de dezembro de 2022, os efeitos da Portaria n. 1.397/2019, que designou o Doutor **JÚLIO FUMO FERNANDES**, matrícula n. 372.069-1, Promotor de Justiça, para exercer as funções de Assessor do Procurador-Geral de Justiça.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E COMUNIQUE-SE.

Florianópolis, 30 de novembro de 2022.

FERNANDO DA SILVA COMIN

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N. 5.451/2022

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso das atribuições que são conferidas pelo art. 19, inciso XII, alínea "b" da Lei Complementar Estadual n. 738, de 23 de janeiro de 2019,

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir de 5 de dezembro de 2022, o Doutor **MARCIONEI MENDES**, matrícula n. 357.972-7, Promotor de Justiça, para exercer as funções de Assessor do Procurador-Geral de Justiça.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E COMUNIQUE-SE.

Florianópolis, 30 de novembro de 2022.

FERNANDO DA SILVA COMIN

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N. 5/2022

O **COORDENADOR ADMINISTRATIVO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ARARANGUÁ**, Comarca-Sede da 23ª Circunscrição do Ministério Público de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 738, de 23 de janeiro de 2019 (Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina), Portaria n. 3.731/2019/PGJ, de 13 de setembro de 2019, e com suporte nas disposições do Ato n. 828/2019/PGJ, de 2 de dezembro de

2019.

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora **KAROLLYNE COSTA FERNANDES**, matrícula n. 699583, ocupante do cargo de Assistente de Promotoria Volante, para, no período de 1º a 8 de dezembro de 2022, atuar em caráter de colaboração na 2ª Promotoria de Justiça de Araranguá/SC, e, no período de 9 a 31 de dezembro, atuar em caráter de colaboração na 4ª Promotoria de Justiça de Araranguá/SC, integrantes da 23ª Circunscrição do Ministério Público de Santa Catarina.

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE.

Araranguá, 30 de novembro de 2022.

PEDRO LUCAS DE VARGAS

PROMOTOR DE JUSTIÇA

COORDENADOR ADMINISTRATIVO

PORTARIA Nº. 0032/2022/SEC/CHA

O COORDENADOR ADMINISTRATIVO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CHAPECÓ, Comarca-Sede da 13ª Circunscrição do Ministério Público de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 738, de 23 de janeiro de 2019 (Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina), Portaria n. 3.731/2019/PGJ, de 13 de setembro de 2019, e com suporte nas disposições do Ato n. 828/2019/PGJ, de 2 de dezembro de 2019.

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora **ANA LETÍCIA KRILOV DA SILVA**, matrícula n. 6165613, ocupante do cargo de Assistente de Promotoria de Justiça Especial, para, entre os dias 1º e 31 do mês de dezembro de 2022, atuar em caráter de colaboração na 8ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapecó/SC, integrante da 13ª Circunscrição do Ministério Público de Santa Catarina.

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE.

Chapecó, 30 de novembro de 2022.

JULIO ANDRÉ LOCATELLI

PROMOTOR DE JUSTIÇA

COORDENADOR ADMINISTRATIVO

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

EDITAL N. 344/2022/CPJ

O ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 21, I, combinado com o art. 20, § 2º, na forma do art. 10, §§ 3º e 5º, ambos da Lei Complementar Estadual n. 738, de 23 de janeiro de 2019, e nos termos do art. 41 de seu Regimento Interno, **CONVOCA** todos os membros do Ministério Público integrantes do quadro ativo da carreira para a eleição da lista tríplice ao cargo de Procurador-Geral de Justiça, biênio 2023/2025, a qual se realizará com a observância das seguintes normas:

1. a votação ocorrerá no dia 3 de março de 2023 (sexta-feira), das 9h às 18h, por meio de sistema eletrônico de captação de votos, observados os requisitos do Ato n. 434/2018/CPJ;
2. no mesmo dia e horário em que for realizada a votação eletrônica, os eleitores poderão exercer pessoalmente o direito ao voto perante a Comissão Eleitoral, na Sala de Sessões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público de Santa Catarina;
3. a Comissão Eleitoral será responsável pela configuração do sistema eletrônico de captação dos votos e expedirá orientação aos membros do Ministério Público, com antecedência mínima de sete dias do pleito, acerca dos procedimentos para a eleição, devendo os candidatos serem dispostos na tela de votação em ordem alfabética de prenomes;
4. havendo razões de natureza técnica, como a indisponibilidade do sistema ou da rede de dados do Ministério Público, por tempo considerado relevante durante o período de votação pela Comissão Eleitoral, esta poderá prorrogar o horário de encerramento da eleição, comunicando do fato os eleitores, por intermédio de mensagem eletrônica ou outro meio de ampla divulgação;
5. caso a indisponibilidade do sistema se verifique na última hora prevista para a votação, em qualquer unidade do Ministério Público e independentemente do seu tempo, a Comissão Eleitoral deverá prorrogar o horário de encerramento da eleição por uma hora;
6. encerrada a votação, a Comissão Eleitoral, em sessão pública, acompanhará os procedimentos de contabilização pelo técnico responsável, emitirá relatório de apuração de votos e anunciará o resultado;
7. o membro do Ministério Público, com mais de dez anos na carreira e que não estiver afastado desta até cento e vinte dias antes do início do prazo de inscrição (art. 10º, § 6º, da LCE n. 738/2019) e que desejar se candidatar, deverá protocolar requerimento na Secretaria do Colégio de Procuradores de Justiça ou remeter mensagem eletrônica à caixa postal

cpj@mpsc.mp.br, dirigido, em ambas as hipóteses, ao Presidente da Comissão Eleitoral, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da publicação deste Edital no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público;

8. encerrado o prazo de inscrição, a Comissão Eleitoral solicitará certidão à Secretaria-Geral do Ministério Público e se manifestará sobre as inscrições, no prazo de 72 horas;

9. a Comissão Eleitoral será composta pelos Procuradores de Justiça Doutores Pedro Sérgio Steil, José Eduardo Orofino da Luz Fontes e pelo Promotor de Justiça Doutor Leonardo Henrique Marques Lehmann, presidida pelo primeiro e secretariada pelo último, ficando como suplentes os Procuradores de Justiça Doutores João Fernando Quagliarelli Borrelli e Antenor Chinato Ribeiro, e o Promotor de Justiça Doutor Fernando Linhares da Silva Júnior; e

10. o processo eleitoral obedecerá aos ditames do art. 10 da Lei Complementar Estadual n. 738, de 23 de janeiro de 2019, e do art. 41 e seguintes do Regimento Interno do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, instituído pelo Ato n. 407/2016/OECPJ.

Florianópolis, 30 de novembro de 2022.

FERNANDO DA SILVA COMIN

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PRESIDENTE DO ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL N. 342/2022/CSMP

O **PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO** torna público, para os efeitos do art. 139 da Lei Complementar n. 738, de 23 de janeiro de 2019 - Lei Orgânica do Ministério Público, que se acham abertas, pelo prazo de 3 (três) dias úteis, as inscrições ao concurso de remoção, por merecimento, para o cargo de Promotor de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Concórdia (Processo 35/2022).

Florianópolis, 1º de dezembro de 2022.

FERNANDO DA SILVA COMIN

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

EDITAL N. 343/2022/CSMP

O **PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO** torna público, para os efeitos do art. 139 da Lei Complementar n. 738, de 23 de janeiro de 2019 - Lei Orgânica do Ministério Público, que se acham abertas, pelo prazo de 3 (três) dias úteis, as inscrições ao concurso de remoção, por antiguidade, para o cargo de Promotor de Justiça da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Indaial (Processo 36/2022).

Florianópolis, 1º de dezembro de 2022.

FERNANDO DA SILVA COMIN

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

Por entrância e ordem alfabética

EXTRATO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2013.00004164-1

COMARCA: Balneário Camboriú

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 9ª Promotoria de Justiça

Data da Conclusão: 1/12/2022

Partes: Município de Balneário Camboriú e Fabrício José Sátiro de Oliveira.

Conclusão: Procedimento Administrativo instaurado para acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições impostas em Termo de Ajustamento de Conduta celebrado com o Município de Balneário Camboriú para fins da regularização de contratações temporárias, dentre outras situações dispostas na máquina de pessoal contrárias aos ditames constitucionais e legais. TAC formalizado em 14/11/2013. Previsão da responsabilidade pessoal do Prefeito Municipal em caso de não cumprimento do avençado. Mudança do gestor municipal. Aditamentos. Inclusão de novos prazos para satisfação das obrigações. Prazos não cumpridos. Necessidade da propositura de ações de execução para a efetivação do ajustado. Ação de execução de obrigação de fazer e não fazer (n. 5013125-23.2022.8.24.0005) manejada em 25/7/2022. Novo acordo celebrado na via judicial que ocasionou a extinção do feito. Ajuizamento de ação de execução por quantia certa (5020870-

54.2022.8.24.0005) para fins de alcance do valor devido a título de multa. Objeto do procedimento administrativo de fiscalização que se encontra esvaziado. Desnecessidade de prosseguimento do presente feito, visto que o acordo travado nos autos da execução de obrigação de fazer e não fazer será acompanhado em outro procedimento administrativo instaurado unicamente para este fim. Finalização do procedimento administrativo em comento é a medida que se impõe.

Membro do Ministério Público: Jean Michel Forest

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2018.00005265-8

COMARCA: Capital

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 27ª Promotoria de Justiça

PESSOAS CIENTIFICADAS: Neri Pereira Júnior e Associação Beneficente e de Projetos Sócio-Educativos (ABA).

As pessoas identificadas no presente edital ficam, pelo presente, científicas da decisão abaixo e poderão apresentar razões escritas ou documentos ao Conselho Superior do Ministério Público, até a sessão que apreciar a promoção de arquivamento. As razões ou os documentos podem ser remetidos ou apresentados diretamente ao Conselho Superior do Ministério Público (Conselho Superior do Ministério Público, Rua Bocaiúva, 1792, 4º andar - Edifício Ministério Público de Santa Catarina - CEP 88.015-530 - Florianópolis/SC), ou ao órgão do Ministério Público acima identificado.

EXTRATO DA DECISÃO: arquivamento integral de Inquérito Civil.

Membro do Ministério Público: Geovani Werner Tramontin

Data: 1º/12/2022

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2021.00000137-7

COMARCA: Capital

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 33ª Promotoria de Justiça

Data de Conclusão: 25/5/2022

Partes: Vigilância Sanitária de Florianópolis e Le Barbaron.

PESSOA CIENTIFICADA: Le Barbaron Bar e Restaurante Ltda.

A pessoa identificada no presente edital fica, pelo presente, científica da decisão abaixo, bem como de que, poderá apresentar razões escritas ou documentos endereçados ao Conselho Superior do Ministério Público, até a sessão que apreciar a promoção de arquivamento. As razões ou os documentos podem ser remetidos ou apresentados diretamente ao Conselho Superior do Ministério Público (Rua Bocaiúva, 1750, Centro, Florianópolis-SC, 88.015-902).

EXTRATO DA DECISÃO: saúde. Suposta irregularidade no funcionamento do estabelecimento. Descumprimento de restrição durante a pandemia do COVID-19. Autuação pela Vigilância Sanitária. Fiscalização e aplicação de sanção. Irregularidade não constatada. Arquivamento.

Membro do Ministério Público: Fabrício José Cavalcanti

Data: 16/11/2022

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2021.00000142-2

COMARCA: Capital

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 33ª Promotoria de Justiça

Data da Conclusão: 20/5/2022

Partes: Vigilância Sanitária de Florianópolis e YXPIA.

PESSOA CIENTIFICADA: YXPIA Joaquina Bar.

A pessoa identificada no presente edital fica, pelo presente, científica da decisão abaixo, bem como de que, poderá apresentar razões escritas ou documentos endereçados ao Conselho Superior do Ministério Público, até a sessão que apreciar a promoção de arquivamento. As razões ou os documentos podem ser remetidos ou apresentados diretamente ao Conselho Superior do Ministério Público (Rua Bocaiúva, 1750, Centro, Florianópolis-SC, 88.015-902).

EXTRATO DA DECISÃO: saúde. Suposta irregularidade no funcionamento do estabelecimento. Descumprimento de restrição durante a pandemia do COVID-19. Autuação. Fiscalização e aplicação de sanção. Irregularidade não constatada. Arquivamento.

Membro do Ministério Público: Fabrício José Cavalcanti

Data: 11/11/2022

EXTRATO DE CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2015.00009300-4

COMARCA: Capital

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 27ª Promotoria de Justiça

Data da Conclusão: 30/11/2022

Partes: Associação Gabriela Breggue da Silva Sampaio, Associação de Ginástica Desterro, José Natal Pereira e José Roberto Martins.

Conclusão: arquivamento Integral de Inquérito Civil.

Membro do Ministério Público: Geovani Werner Tramontin

EXTRATO DE CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2021.00003059-4

COMARCA: Capital

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 33ª Promotoria de Justiça

Data da Conclusão: 2/8/2022

Partes: Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis, Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis e Rafael Garcia Eymael Lima.

Conclusão: saúde. Atendimento de saúde em Jurerê. Construção de novo centro de saúde. Estudo de viabilidade construtiva e ambiental. Permissão de construção encaminhada para aprovação jurídica. Inexistência de desídia. Discricionariedade do Poder Público. Arquivamento.

Membro do Ministério Público: Fabrício José Calvacanti

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 09.2022.00009034-2

COMARCA: Capital

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 8ª Promotoria de Justiça

Partes: sigilosas.

Data da Instauração: 30/11/2022

Objeto: implantação do Grupo de Apoio e Reflexão (GAR) do MPSC para incentivar reflexões e promover mudanças no modo de lidar com os conflitos familiares, a partir da transformação de suas atitudes, dissolvendo gradualmente o conflito e propiciando que as partes envolvidas no Processo Judicial n. 5001170-28.2022.8.24.0091 realizem acordos judiciais e extrajudiciais.

Membro do Ministério Público: Joubert Odebrecht

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2020.00004373-0

COMARCA: Itajaí

ÓRGÃO MINISTÉRIO PÚBLICO: 10ª Promotoria de Justiça

PESSOA CIENTIFICADA: Jayson Rodrigo Pereira.

A pessoa identificada no presente edital fica, pelo presente, cientificada da decisão abaixo, bem como de que poderá apresentar razões escritas ou documentos ao Conselho Superior do Ministério Público, até a sessão que apreciar a promoção de arquivamento. As razões ou os documentos podem ser remetidos ou apresentados diretamente ao Conselho Superior do Ministério Público (Conselho Superior do Ministério Público, Rua Bocaiúva, n. 1750, Centro, Florianópolis-SC, 88.015-902), ou ao órgão do Ministério Público acima identificado.

EXTRATO DA DECISÃO: trata-se de Inquérito Civil instaurado para apurar o teor da Notificação Ambiental n. 945, que relata a operação de atividade potencialmente poluidora sem a competente autorização ambiental nas dependências da Lavação Auto Trato, situada na Rua Blumenau, 1.315, Bairro São João, Município de Itajaí. Revogação da Resolução COMDEMA 04/2015. Atividade de lavagem de veículos não passível de licenciamento ambiental. Inexistência de fundamentos para eventual proposição de ação civil pública.

Membro do Ministério Público: Diego Rodrigo Pinheiro

Data: 13/9/2022

EXTRATO DE CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2020.00004373-0

COMARCA: Itajaí

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 10ª Promotoria de Justiça

Data de Conclusão: 13/9/2022

Partes: Jayson Rodrigo Pereira e Lavação Auto Trato.

Conclusão: trata-se de Inquérito Civil instaurado para apurar o teor da Notificação Ambiental n. 945, que relata a operação de atividade potencialmente poluidora sem a competente autorização ambiental nas dependências da Lavação Auto Trato, situada na Rua Blumenau, 1.315, Bairro São João, Município de Itajaí. Revogação da Resolução COMDEMA 04/2015. Atividade de lavação de veículos não passível de licenciamento ambiental. Inexistência de fundamentos para eventual proposição de ação civil pública.

Membro do Ministério Público: Diego Rodrigo Pinheiro

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DA NOTÍCIA DE FATO N. 01.2022.00041512-0

COMARCA: Itajaí

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 4ª Promotoria de Justiça

Data da Instauração: 29/11/2022

Parte: V.

Objeto: trata-se de Notícia de Fato instaurada para averiguar suposta situação de risco e vulnerabilidade sofrida por V.

Membro do Ministério Público: Diego Rodrigo Pinheiro

EXTRATO DE CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2021.00004610-9

COMARCA: Palhoça

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 4ª Promotoria de Justiça

Data da Conclusão: 11/11/2022

Partes: sigiloso e a apurar.

Conclusão: Inquérito Civil instaurado com a finalidade de apurar a ocorrência de várias invasões, em pontos identificados e ilustrados pelas imagens aéreas como A4, B1 e B2 (fls. 16, 21 e 22), em imóvel matriculado sob n. 20.585, Livro n. 2- DL, com área total de 210.128m² (duzentos e dez mil cento e vinte oito metros quadrados). O local dos fatos está localizado na Praia de Fora, Município de Palhoça. Determinado o ajuizamento de Ação Civil Pública em desfavor do Município de Palhoça, por omissão.

Membro do Ministério Público: José Eduardo Cardoso

EXTRATO DE CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2022.00003849-0

COMARCA: Tubarão

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 6ª Promotoria de Justiça

Data da Conclusão: 30/11/2022

Parte: Instituto do Meio Ambiente.

Conclusão: apurar a disposição irregular de material alóctone, materializado por entulhos, sacolas plásticas, embalagens de alimento, restos de mobília, assim biomassa residual de jardinagem, na Rua Sebastião Mendes de Farias, Bairro Fábio Silva, em Tubarão. Informação da Fundação Municipal do Meio Ambiente de que os resíduos são depositados por moradores, sem possibilidade de identificação dos responsáveis. Realização de limpeza do local pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos de Tubarão - Arquivamento.

Membro do Ministério Público: Fernanda Broering Dutra

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2012.00010516-0

COMARCA: Camboriú

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 3ª Promotoria de Justiça

PESSOA CIENTIFICADA: denunciante anônimo.

A pessoa identificada no presente edital fica, pelo presente, cientificada da decisão abaixo e poderá apresentar razões escritas ou documentos ao Conselho Superior do Ministério Público, até a sessão que apreciar a promoção de arquivamento. As razões ou os documentos podem ser remetidos ou apresentados diretamente ao Conselho Superior do Ministério Público (Conselho Superior do Ministério Público, Rua Bocaiúva, 1750, Centro, Florianópolis-SC, 88.015-902), ou ao órgão do Ministério Público acima identificado.

EXTRATO DA DECISÃO: ambiental. Poluição. Inquérito Civil instaurado para apurar a realização de obra de aterro em curso de rio, com máquina da Prefeitura Municipal de Camboriú e sem licença ambiental. Inquérito Civil n. 06.2013.00008227-6 e n. 06.2020.00002717-4 com mesmo objeto. Ação Civil Pública ajuizada n. 0001541-65.2009.8.24.0113. Inexistência de fundamentos para propositura de ação judicial ou celebração de TAC. Arquivamento.

Membro do Ministério Público: Greicia Malheiros da Rosa Souza

Data: 25/11/2022

EXTRATO DE CONCLUSÃO DA NOTÍCIA DE FATO N. 01.2022.00019670-0

COMARCA: Camboriú

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 3ª Promotoria de Justiça

Data da Conclusão: 30/11/2022

Partes: Rodrigo Pilatti da Silva e outro.

Conclusão: Notícia de Fato. Arruamento contíguo no Terra Altas. Inquérito Civil N. 06.2021.00001227-4. Indeferimento das investigações. Arquivamento.

Membro do Ministério Público: Greicia Malheiros da Rosa Souza

EXTRATO DE CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2012.00010516-0

COMARCA: Camboriú

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 3ª Promotoria de Justiça

Data da Conclusão: 25/11/2022

Partes: Município de Camboriú e outros.

Conclusão: Ambiental. Poluição. Inquérito Civil instaurado para apurar a realização de obra de aterro em curso de rio, com máquina da Prefeitura Municipal de Camboriú e sem licença ambiental. Inquérito Civil n. 06.2013.00008227-6 e n. 06.2020.00002717-4 com mesmo objeto. Alagamentos no bairro Monte Alegre. Ação Civil Pública ajuizada n. 0001541-65.2009.8.24.0113. Inexistência de fundamentos para propositura de ação judicial ou celebração de TAC. Arquivamento.

Membro do Ministério Público: Greicia Malheiros da Rosa Souza

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2022.00004724-5

COMARCA: Capinzal

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 1ª Promotoria de Justiça

Data da Instauração: 29/11/2022

Parte: Município de Ipira.

Objeto: apurar eventual desconformidade quanto aos recursos aplicados pelo Município de Ipira na construção de muro de contenção e pavimentação na Rua Arnildo Ko Freitag, Bairro do Hospital.

Membro do Ministério Público: Karla Bárdio Meirelles

EXTRATO DE CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2021.00004124-7

COMARCA: Concórdia

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 2ª Promotoria de Justiça

Data da Conclusão: 1º/12/2022

Parte: Comercial S & F Dalle Laste Ltda.

Conclusão: esclarecimento dos fatos que motivaram a instauração do feito e resolução extrajudicial das irregularidades identificadas, por meio de celebração de TAC.

Membro do Ministério Público: Luis Otávio Tonial

EXTRATO DE CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2018.00000004-8

COMARCA: Gaspar

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 3ª Promotoria de Justiça

Data da Conclusão: 24/11/2022

Parte: Guindastes Blumenau Ltda.

Conclusão: procedimento instaurado para apurar possível alteração e/ou aterro de curso d'água realizado pela empresa Guindaste Blumenau, na divisa entre Município de Gaspar e Ilhota. Dano ambiental em recuperação por meio de PRAD. Pagamento de multa. Esfera administrativa. Arquivamento.
Membro do Ministério Público: Camila Vanzin Pavani

EXTRATO DE CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2019.00002295-7

COMARCA: Gaspar

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 3ª Promotoria de Justiça

Data da Conclusão: 24/11/2022

Parte: Carlos Alberto Grandó.

Conclusão: procedimento instaurado para apurar o motivo pelo qual não houve a averbação da área de reserva legal do imóvel de matrícula n. 10.591, de propriedade de Carlos Alberto Grandó, localizado no Município de Gaspar. Finalidade do procedimento cumprida. Arquivamento.

Membro do Ministério Público: Camila Vanzin Pavani

EXTRATO DE CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2020.00004994-6

COMARCA: Gaspar

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 2ª Promotoria de Justiça

Data da Conclusão: 29/11/2022

Partes: Jefferson Jorge de Souza, SAMAE e Município de Gaspar.

Conclusão: arquivamento que se impõe em razão de ser não ter sido comprovada a prática de qualquer ato de improbidade administrativa pelo SAMAE de Gaspar, notadamente porque as supostas irregularidades noticiadas e que são objeto do presente procedimento não foram confirmadas, não havendo razão para a continuidade das investigações.

Membro do Ministério Público: Daniele Garcia Moritz

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2022.00004732-3

COMARCA: Guaramirim

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 1ª Promotoria de Justiça

Data da Instauração: 30/11/2022

Parte: Município de Massaranduba.

Objeto: apurar a suposta inconstitucionalidade da Lei Complementar n. 169/2022, do Município de Massaranduba, que institui o Programa de Recuperação Fiscal de Massaranduba - REFIS Massaranduba 2022.

Membro do Ministério Público: Ana Paula Destri Pavan

EXTRATO DE CONCLUSÃO DA NOTÍCIA DE FATO N. 01.2022.00025436-2

COMARCA: Içara

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 2ª Promotoria de Justiça

Data da Conclusão: 29/11/2022

Partes: Luiz Fernando Freitas e Câmara Municipal de Içara.

Conclusão: Notícia de Fato instaurada para apurar possível descumprimento do artigo 13 da Lei n. 8.429/92 pela Câmara Municipal de Içara. Instrução Normativa n. 17/22 passou a exigir declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza dos servidores novos e antigos. Notícia de Fato indeferida. Eventuais irregularidades sanadas.

Membro do Ministério Público: Julia Trevisan de Toledo Barros

EXTRATO DE CONCLUSÃO DA NOTÍCIA DE FATO N. 01.2022.00027794-4

COMARCA: Içara

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 2ª Promotoria de Justiça

Data da Conclusão: 30/11/2022

Partes: Escola Infantil Mundo Encantado e Município de Balneário Rincão.

Conclusão: Notícia de Fato instaurada para apurar suposto ato de improbidade administrativa praticado pela Secretaria de

Educação do Município de Balneário Rincão, decorrente da destinação das vagas em creche das instituições privadas conveniadas para crianças que já se encontravam matriculadas na rede particular de ensino, em atendimento a pedidos movidos por interesse político, em detrimento das crianças que aguardavam vaga em lista de espera. Atos não caracterizam conduta tipificada no art. 11 da Lei n. 8.429/92.

Membro do Ministério Público: Julia Trevisan de Toledo Barros

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2021.00003002-8

COMARCA: Mafra

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 3ª Promotoria de Justiça

Data da Instauração: 1º/12/2022

Parte: Município de Mafra.

Objeto: apurar notícia de que o servidor público comissionado da Prefeitura de Mafra, Ludwig Jorge Wohl, morador da Localidade Rio da Areia, estaria fazendo uso de uma caminhonete da Prefeitura para ir para casa.

Membro do Ministério Público: Guilherme Luiz Dutra

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DA NOTÍCIA DE FATO N. 01.2022.00042458-4

COMARCA: Navegantes

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 4ª Promotoria de Justiça

Data da Instauração: 30/11/2022

Parte: Município de Navegantes.

Objeto: suposta irregularidade da contratação por dispensa de licitação da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), relacionada ao Plano Diretor de Navegantes.

Membro do Ministério Público: Geruza Isoton

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL 06.2022.00004468-1

COMARCA: Navegantes

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 4ª Promotoria de Justiça

Data de Instauração: 23/11/2022

Parte: Município de Navegantes.

Objeto: apurar possível inconstitucionalidade das leis que criaram cargos comissionados no Município de Navegantes.

Membro do Ministério Público: Gláucio José Souza Alberton

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2022.00004720-1

COMARCA: São Francisco do Sul

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 1ª Promotoria de Justiça

Data da Instauração: 30/11/2022

Partes: Ministério Público do Estado de Santa Catarina e Município de São Francisco do Sul.

Objeto: apurar notícia de que o órgão de Vigilância Sanitária de São Francisco do Sul apresenta inconformidades em relação à estruturação dos seus respectivos serviços locais, conforme levantamento realizado pelo Centro de Apoio Operacional do Consumidor de São Francisco do Sul.

Membro do Ministério Público: Alan Rafael Warsch

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2022.00002796-0

COMARCA: Coronel Freitas

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: Promotoria de Justiça

Data da Instauração: 28/6/2022

Partes: Município de Coronel Freitas e Fábio André Carniel Bortese.

Objeto: apurar irregularidades na conclusão do Loteamento Bortese, aprovado pelo Município de Coronel Freitas no ano de 2013 e ainda não concluído.

Membro do Ministério Público: Roberta Seitenfuss

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2022.00003474-0

COMARCA: Coronel Freitas

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: Promotoria de Justiça

Data da Instauração: 22/11/2022

Partes: Municípios de Águas Frias, Coronel Freitas, Jardinópolis e União do Oeste.

Objeto: apurar irregularidades da ausência de políticas públicas quanto ao controle de zoonoses ou qualquer forma de controle populacional dos animais em situação de rua, abandono ou negligência, nos Municípios da Comarca.

Membro do Ministério Público: Roberta Seitenfuss

SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N. 16/2022/FRBL

O MPSC torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico n. 16/2022/FRBL. Início do acolhimento das propostas: 5-12-2022, às 12h. Abertura das propostas: 9-1-2023, às 12h. Sessão do pregão e horário da disputa dia 9-1-2023, às 13h no *site* www.licitacoes-e.com.br. **OBJETO:** Aquisição de bebedouros elétricos de coluna, conforme especificações do edital.

EDITAL COMPLETO: À disposição dos interessados, na Rua Pedro Ivo, n. 231, Ed. Campos Salles, Centro, Florianópolis/SC, sala 804, no Setor de Licitações, no horário das 12h às 19h. Preço de cada folha impressa: R\$ 0,20 (vinte centavos), conforme previsão do art. 32, § 5º, da Lei n. 8.666/93. Editais disponíveis na *INTERNET*, no *site* www.mpsc.mp.br, e extrato no Diário Oficial Eletrônico do MPSC, sendo que os editais de Pregão Eletrônico constam também disponíveis no *site* www.licitacoes-e.com.br, do Banco do Brasil S.A. **BASE LEGAL:** Lei n. 8.666/93.

Florianópolis, 2 de dezembro de 2022.

PREGOEIRA OFICIAL

Registrado no TCE/SC sob o código:

A49CEAFFE5A5A8EB7157DF31C48411B76E96F48A

PREGÃO ELETRÔNICO N. 010/2022/MP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 003/2022/MP

Resumo da Autorização emitida referente à Ata de Registro de Preços n. 003/2022/MP, celebrada entre este Órgão e a empresa Jefferson Felippo Jankoski Eireli ME. **ARP 003/2022/MP: ADA n. 43**, conforme a **Autorização de Serviço n. 1987/2022/MP (Processo n. 2022/023425)**, para o fornecimento de 100 *coffee-breaks*, estimativa para reuniões, seminários, *workshops* e encontros durante o mês de dezembro de 2022, ao valor total de R\$ 3.454,00. **Base Legal:** Lei 8.666/93 e suas alterações. Florianópolis, 1º de dezembro de 2022.

GLADYS AFONSO

PROCURADORA DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PREGÃO ELETRÔNICO N. 024/2022/MP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 016/2022/MP

Resumo da Autorização emitida referente à Ata de Registro de Preços n. 016/2022/MP, celebrada entre este Órgão e a empresa Educalibras Treinamento e Desenvolvimento do Idioma de Libras Ltda. **ARP 016/2022/MP: ADA 8**, conforme a **Autorização de Serviço n. 1998/2022/MP (Processo n. 2022/023492)**, para contratação de 35 horas de serviço de intérprete de libras, estimativa para reuniões, seminários, *workshops* e encontros durante o mês de dezembro de 2022, ao valor total de R\$ 6.645,45. **ADA 9**, conforme a **Autorização de Serviço n. 0217/2022/FECEAF (Processo n. 2022/023495)**, para contratação de 20 horas de serviço de intérprete de libras, estimativa para os cursos de capacitação e extensão durante o mês de dezembro de 2022, ao valor total de R\$ 3.797,40. **Base Legal:** Lei 8.666/93 e suas alterações.

Florianópolis, 1º de dezembro de 2022.

GLADYS AFONSO

PROCURADORA DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PREGÃO ELETRÔNICO N. 024/2022/MP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 017/2022/MP

Resumo da Autorização emitida referente à Ata de Registro de Preços n. 017/2022/MP, celebrada entre este Órgão e a empresa Interpretar Estúdio Ltda. **ARP 017/2022/MP: ADA 4**, conforme a **Autorização de Serviço n. 1989/2022/MP (Processo n. 2022/023503)**, para contratação de 60 minutos de serviços de tradução de vídeos institucionais do MPSC, estimativa para traduções a serem realizadas durante o mês de dezembro de 2022, ao valor total de R\$ 2.388,00 **Base Legal**: Lei 8.666/93 e suas alterações.

Florianópolis, 1º de dezembro de 2022.

GLADYS AFONSO

PROCURADORA DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PREGÃO PRESENCIAL N. 021/2022/MP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 013/2022/MP

Resumo das Autorizações emitidas referente à Ata de Registro de Preços n. 013/2022/MP, celebrada entre este Órgão e a empresa Jefferson Felippo Jankoski Eireli ME. **ARP 013/2022/MP: ADA n. 11**, conforme a **Autorização de Serviço n. 0214/2022/FECEAF (Processo n. 2022/023398)**, para o fornecimento de 60 coquetéis para o Encontro Anual do CAT, no dia 15-12-2022, ao valor total de R\$ 4.170,00. **ADA n. 12**, conforme a **Autorização de Serviço n. 1986/2022/MP (Processo n. 2022/023429)**, para o fornecimento de 100 coquetéis, estimativa para reuniões, seminários, *workshops* e encontros durante o mês de dezembro de 2022, ao valor total de R\$ 6.950,00. **ADA n. 13**, conforme a **Autorização de Serviço n. 0215/2022/FECEAF (Processo n. 2022/023431)**, para o fornecimento de 100 coquetéis, estimativa para os Cursos de Capacitação e Extensão, durante o mês de dezembro de 2022, ao valor total de R\$ 6.950,00. **Base Legal**: Lei 8.666/93 e suas alterações.

Florianópolis, 1º de dezembro de 2022.

GLADYS AFONSO

PROCURADORA DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

RESUMO DO PROCESSO REFERENTE À BAIXA N. 91/2022 E À DOAÇÃO N. 87/2022

Resumo do Processo n. 2022/019902, referente à Baixa Patrimonial n.91/2022, de bens de informática do acervo patrimonial do MPSC, Doação n. 87/2022, para o Município de Arroio Trinta, representado pelo Coordenador Administrativo da Comarca de Videira, e a entidade donatária pelo seu representante legal. **Base Legal**: Ato n. 23/2010/PGJ, Lei n. 8.666/93 e suas respectivas alterações.

Florianópolis, 1º de dezembro de 2022.

GLADYS AFONSO

PROCURADORA DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

RESUMO DO PROCESSO REFERENTE À BAIXA N. 92/2022 E À DOAÇÃO N. 88/2022

Resumo do Processo n. 2022/019902, referente à Baixa Patrimonial n.92/2022, de bens de informática do acervo patrimonial do MPSC, Doação n. 88/2022, para o Município de Iomerê, representado pelo Coordenador Administrativo da Comarca de Videira, e a entidade donatária pelo seu representante legal. **Base Legal**: Ato n. 23/2010/PGJ, Lei n. 8.666/93 e suas respectivas alterações.

Florianópolis, 1º de dezembro de 2022.

GLADYS AFONSO

PROCURADORA DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

RESUMO DO PROCESSO REFERENTE À BAIXA N. 94/2022 E À DOAÇÃO N. 89/2022

Resumo do Processo n. 2020/007031, referente à Baixa Patrimonial n. 94/2022, de bens diversos do acervo patrimonial do MPSC, Doação n. 89/2022, para a Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa, sendo o Ministério Público representado pelo Gerente de Patrimônio, e a entidade donatária pelo seu representante legal. **Base Legal**: Ato n. 23/2010/PGJ,

Lei n. 8.666/93 e suas respectivas alterações.
Florianópolis, 1º de dezembro de 2022.

GLADYS AFONSO

PROCURADORA DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

TERMO DE CONVÊNIO N. 051/2022/MP

Resumo do Termo de Convênio n. 051/2022/MP (Processo n. 2020/017442) firmado entre o MPSC e o IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, mantenedora do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. **Cláusula Primeira/Do Objetivo:** O presente convênio tem por objetivo oferecer a oportunidade aos alunos regularmente matriculados no **Instituto Brasileiro de Estudos Tributários** de realizar estágio de **Pós-Graduação** no Ministério Público, de acordo com o Ato 801/2016/PGJ, de 18 de novembro de 2016, e o Ato 249/2014/PGJ, de 17 de junho de 2014, com a Lei Complementar Estadual n. 738/2019, com Resolução n. 42/2009 do CNMP, e em conformidade com a Lei Federal n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Cláusula Terceira/Do Prazo do Convênio:** O presente convênio vigorará pelo período de 60 (sessenta) meses a partir da data da sua assinatura, que se deu em 4 de outubro de 2022, sendo ratificado por sua publicação resumida no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, podendo ser renovado, a critério das partes, sucessivamente, por iguais períodos.

Florianópolis, 29 de novembro de 2022.

ALEXANDRE ESTEFANI

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS